



DECOMTEC
DEPARTAMENTO DE
COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA

“AGENDA MÍNIMA” E O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE PETRÓLEO

José Ricardo Roriz Coelho

Vice-Presidente da FIESP
Diretor Titular do DECOMTEC

Seminário “O Futuro da Indústria Brasileira no Setor de Petróleo”
03 de dezembro de 2015

Estrutura

1	Contextualização
2	Propostas

No mercado mundial de petróleo, o **Brasil destaca-se** como **5º maior consumidor**, o **13º maior produtor**, e por deter a **15ª maior reserva provada**.

- Entretanto, **o setor enfrenta uma crise** dada por fatores de mercado (preços do petróleo) e institucional (dificuldades de caixa da Petrobras e investigações da operação “Lava Jato”).
- Essa crise é percebida no Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 da Petrobras, que indicou investimento de US\$ 130,3 bilhões até 2019, representando uma **redução de US\$ 76,5 bilhões ou de 37%** em relação ao plano 2014-2018.
- Apesar desse cenário, **o setor tem papel fundamental na economia nacional e no potencial de geração de emprego e renda**.
- Para superar essa situação e ampliar o volume de investimentos e a participação da indústria nacional é **apresentada uma agenda de propostas**, construída **conjuntamente** entre as empresas de petróleo e sua cadeia produtiva.

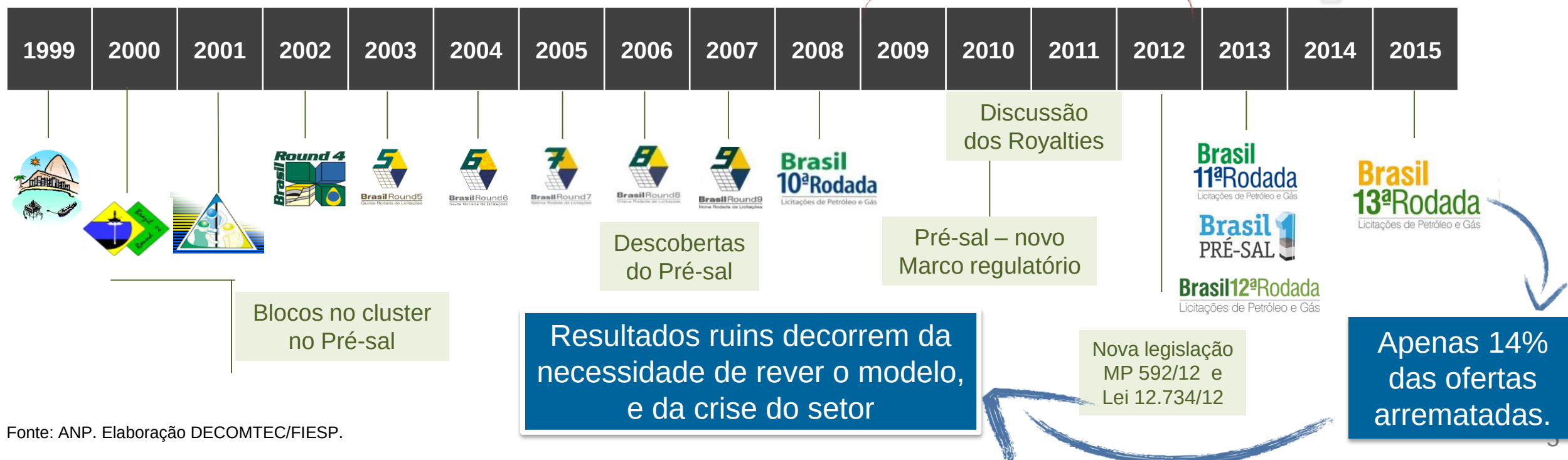
Estrutura

1	Contextualização
2	Propostas
2.1	Realizar leilões periódicos de novas áreas exploratórias
2.2	Revisar o modelo de partilha
2.3	Aperfeiçoar o processo para licenciamento ambiental
2.4	Aprimorar a Política industrial ao setor e à rede de fornecedores

Rodadas de Licitações no Brasil - 1999-2015

Existe a necessidade de uma frequência mínima dos leilões, de maneira a tornar a demanda da indústria sustentável, mantendo-se o estoque de oportunidades por meio de um número regular de projetos ao longo do tempo.

Anos sem rodadas: provocaram a redução das atividades exploratórias, queda no número de serviços de exploração e de produção de novos campos.

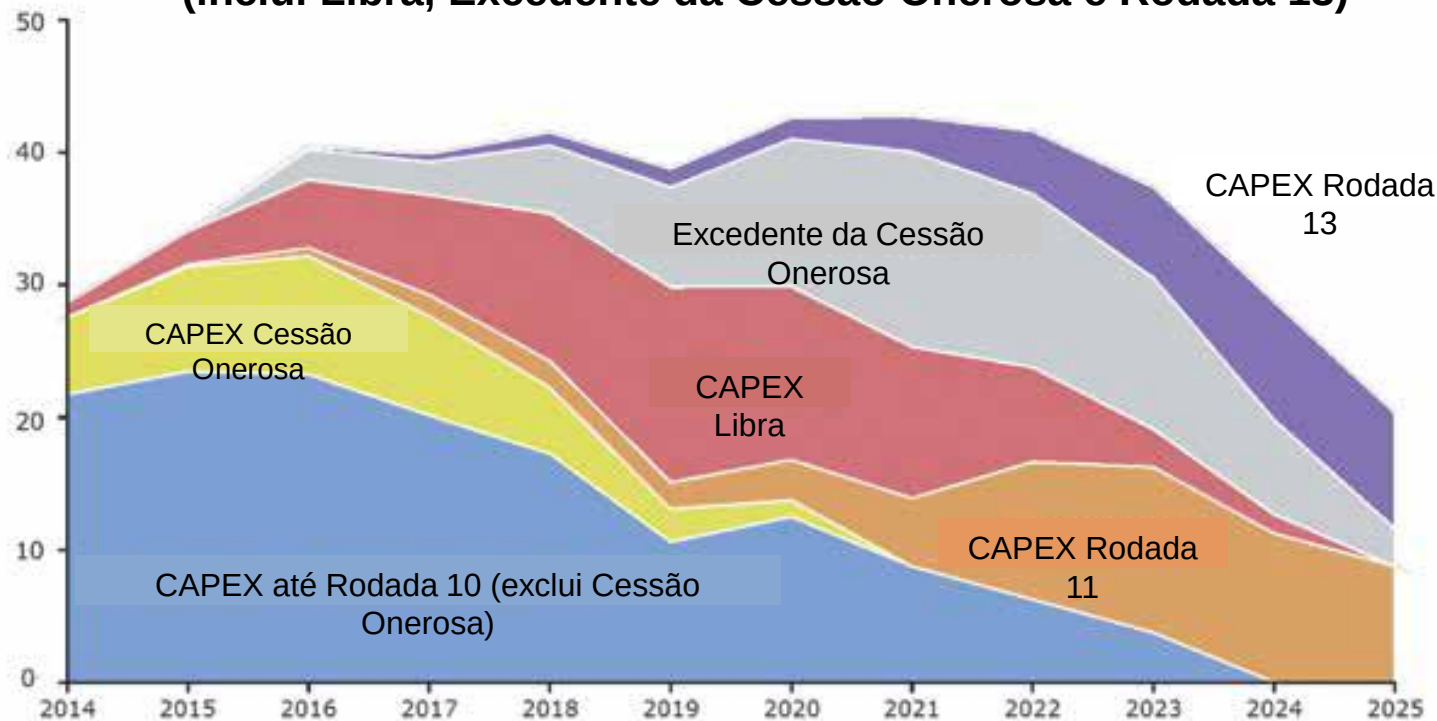


Necessidade de licitações periódicas/Marcos regulatórios

A licitação de um bloco de exploração estabelece um fluxo de demanda por bens e serviços à cadeia produtiva do setor, que é gradualmente reduzido conforme a realização do investimento necessário para sua operação.

Os marcos regulatórios hoje existentes e a falta de previsibilidade por novas licitações traz incertezas e riscos de investimentos para os agentes atuantes no setor, tanto para as operadoras quanto para as empresas da cadeia fornecedora de bens e serviços do setor.

Demanda por bens e serviços na exploração e desenvolvimento *offshore*
(inclui Libra, Excedente da Cessão Onerosa e Rodada 13)



Fonte: IBP, Plano de Negócios Petrobras 2014-2018. Análise Bain.

Realizar leilões periódicos de novas áreas exploratórias

PROPOSTA:

- Definir agenda plurianual de leilões periódicos, de modo a assegurar continuidade e previsibilidade quanto à oferta de novas áreas exploratórias.

Estrutura

1	Contextualização
2	Propostas
2.1	Realizar leilões periódicos de novas áreas exploratórias
2.2	Revisar o modelo de partilha
2.3	Aperfeiçoar o processo para licenciamento ambiental
2.4	Aprimorar a Política industrial ao setor e à rede de fornecedores

2.2 Revisar o modelo de partilha

Fim da obrigação de operador único e participação mínima compulsória no polígono do pré-sal.

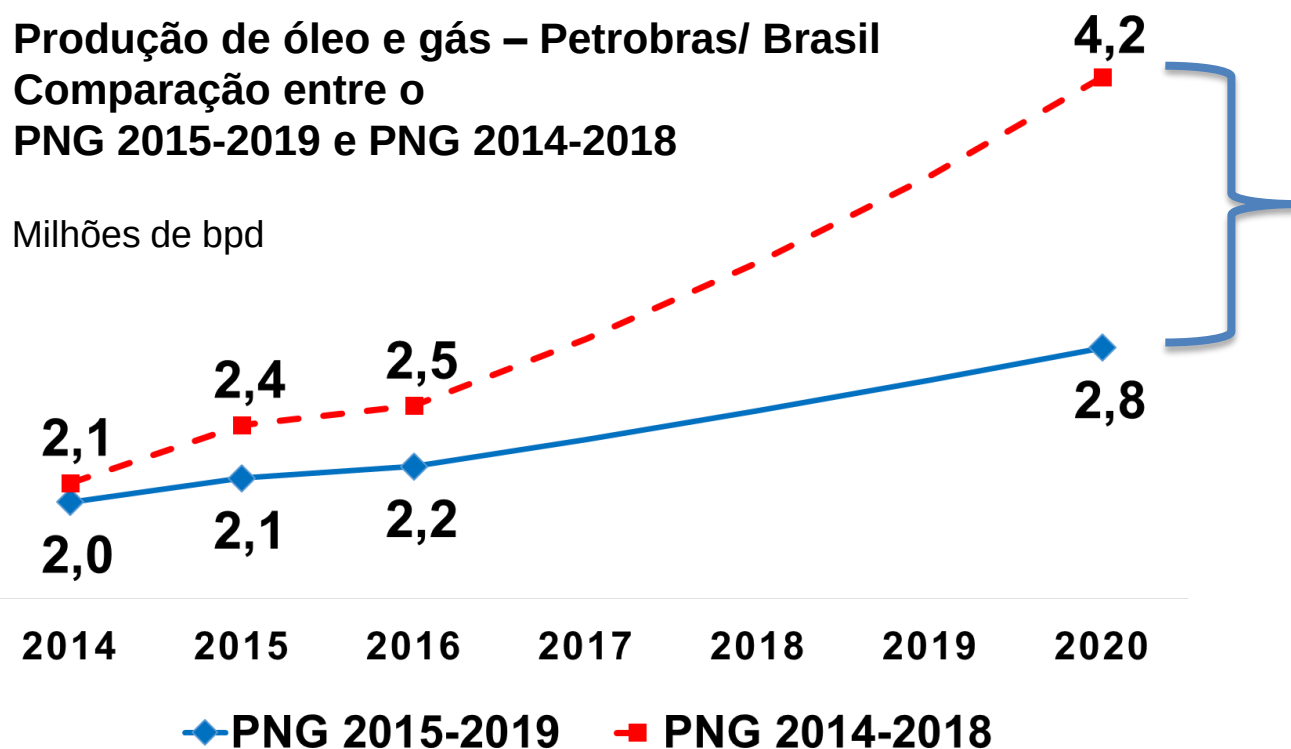
- Por força de Lei, a Petrobras é obrigada a ser operadora única nos blocos do pré-sal e a manter participação mínima de 30% nessas operações. Consequentemente:
 - Retira da companhia a liberdade de participar de ofertas em áreas exploratórias mais rentáveis.
 - É um obstáculo à manutenção de leilões periódicos de novas áreas, pois só poderão ser efetuados quando a Petrobras tiver capacidade de assumir novos compromissos.
 - Representa, na prática, a submissão da cadeia de fornecedores de bens e serviços a um modelo de comprador único: monopsônio.

Corte dos Investimentos da Petrobras e seus impactos

- Manter a Petrobras como operadora única pode ter reduzido a atratividade do negócio a outras empresas.
- Se mais empresas tivessem participado das rodadas de licitação, possivelmente a produção seria maior do que os 2,8 milhões de bdp previstos para 2020.
- A incapacidade financeira da Petrobras de efetuar os investimentos planejados deixa claro que há a necessidade de que sejam reexaminados os modelos das licitações.

Produção de óleo e gás – Petrobras/ Brasil
Comparação entre o
PNG 2015-2019 e PNG 2014-2018

Milhões de bpd



- A revisão do plano de negócios da **Petrobras** reduziu em 37% seus investimentos até 2019.
- Como consequência, deixarão de ser criados, no período, 349 mil empregos e o PIB crescerá 0,45% a menos a cada ano.
- Em 2020, a produção de P&G poderia ser maior se outras empresas pudessem **complementar** o investimento que deveria ser feito pela Petrobras, mantendo estes Empregos.

Revisar o modelo de partilha: fim da obrigação de operador único e participação mínima compulsória (polígono do pré-sal)

PROPOSTA:

- Apoiar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015, que retira a obrigatoriedade de a Petrobras ser a operadora exclusiva e de ter que possuir participação mínima de 30% nos consórcios de empresas que venham a ser contratados, mediante licitação, para E&P de petróleo no pré-sal e em áreas estratégicas.

Estrutura

1	Contextualização
2	Propostas
2.1	Realizar leilões periódicos de novas áreas exploratórias
2.2	Revisar o modelo de partilha
2.3	Aperfeiçoar o processo para licenciamento ambiental
2.4	Aprimorar a Política industrial ao setor e à rede de fornecedores

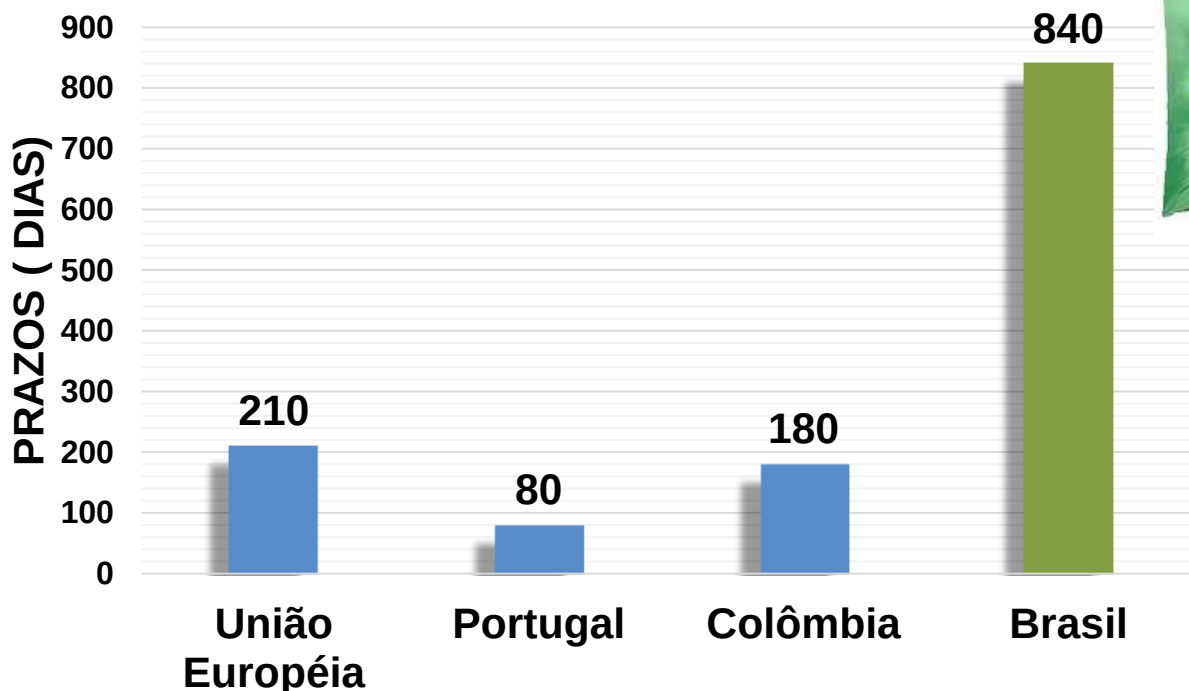
- O Brasil é marcado por uma cultura burocrática que promove, além de outros fatores, a ineficiência de suas instituições e um maior custo às empresas.
 - Estudo¹ realizado pelo Decomtec-FIESP estimou que o **custo médio da burocracia é de 1,5% do PIB, que corresponde a 2,8% do faturamento da indústria de transformação.**
 - O Brasil ocupa a 116ª posição dentre as 189 economias analisadas no relatório *Doing Business* 2015 do Banco Mundial, indicando que o país possui alta complexidade burocrática para o ambiente de negócios.
- Atualmente, existem **mais de 27 mil normas federais e estaduais** que disciplinam o licenciamento ambiental. Esse alto número de normas dificulta o conhecimento e **gera insegurança jurídica.**
- O processo para licenciamento ambiental para a atividade do setor tem apresentado deficiências/falta de proatividade que resultam em **riscos de descumprimento dos prazos dos contratos de exploração e produção (E&P)** de petróleo firmados com a ANP.

MOROSIDADE: tempo médio para **obtenção de cada licença** é bastante

variável, e **pode chegar a 840 dias** (mais de 2 anos), incompatível com os custos de oportunidade da maioria dos investimentos.

Se for considerado o licenciamento ambiental de obras de infraestrutura, em que se enquadra o setor de P&G, o prazo para obtenção da licença pode **ultrapassar 2.300 dias** (mais de 6 anos).

Prazos¹ para Licenciamento Ambiental



Há necessidade de se estabelecer **processos mais eficientes no licenciamento ambiental do setor, porém sem perder o rigor técnico** que a atividade exige pelo seu elevado risco.

Fonte: Banco Mundial 2008. Elaboração: DMA-FIESP.

(1) Não se considerou os prazos de obras de infraestrutura, que no caso brasileiro, por exemplo, o prazo do licenciamento de empreendimentos hidrelétricos ultrapassa os 2.300 dias.

PROPOSTAS:

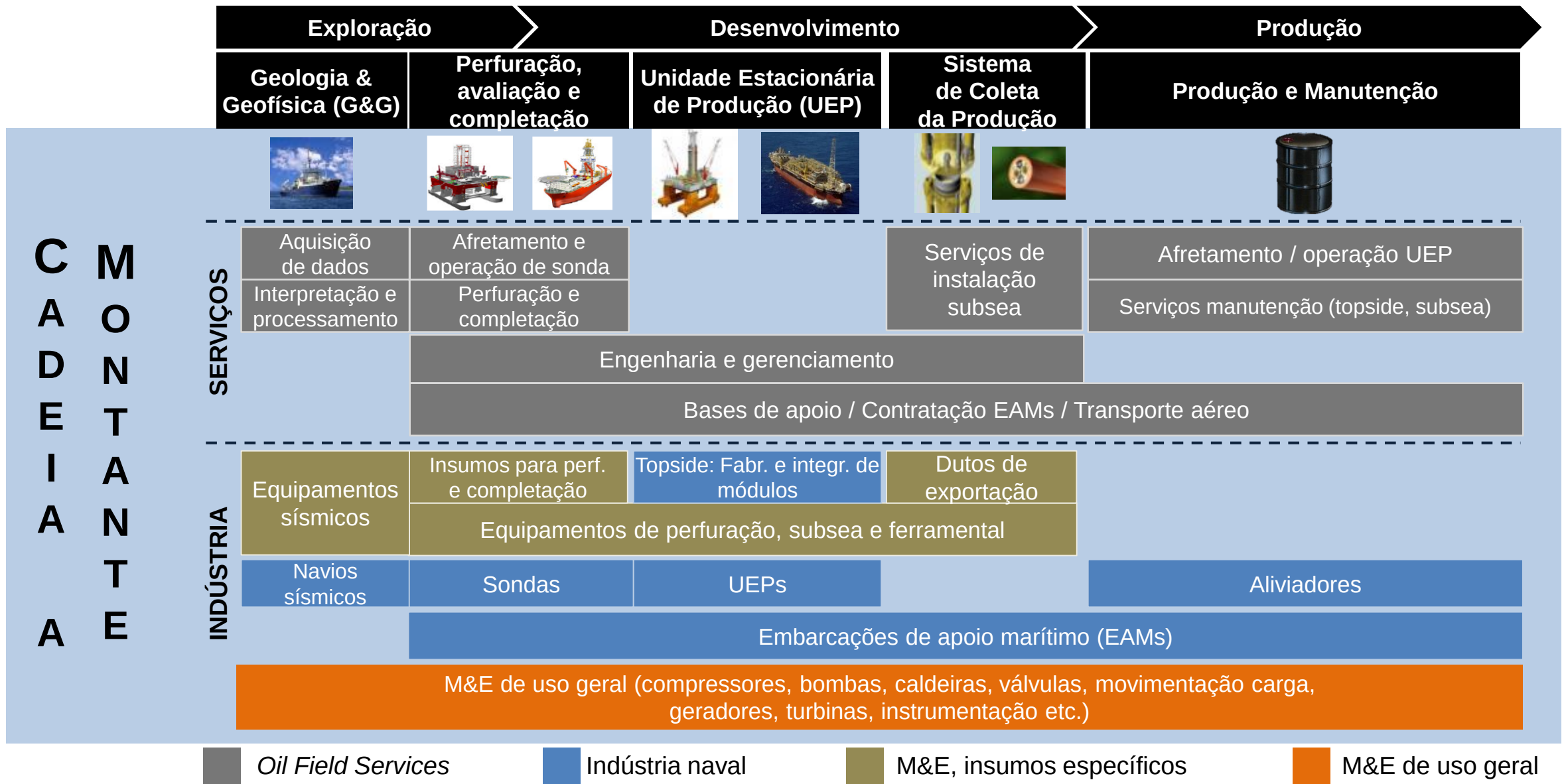
- Aperfeiçoar a operacionalização do licenciamento ambiental, de modo a conferir **maior celeridade, racionalidade e eficácia** ao processo, **sem perda do rigor técnico** que a atividade exige.
 - compatibilizar regras e procedimentos de caráter geral para o licenciamento ambiental dos entes federativos, de modo a conferir coerência e previsibilidade.
- Intensificar as **ações de colaboração** entre setor privado, órgãos ambientais e autoridades, a exemplo do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o IBP e o Ibama firmado em 2013
 - Capacitação e aprimoramento do processo de avaliação de impactos e o aperfeiçoamento da gestão ambiental.
- **Novas regulamentações** que tornem mais eficiente o processo de licenciamento ambiental para a exploração de **áreas não convencionais**: *shale oil, shale gas*, entre outros.

Estrutura

1	Contextualização
2	Propostas
2.1	Realizar leilões periódicos de novas áreas exploratórias
2.2	Revisar o modelo de partilha
2.3	Aperfeiçoar o processo para licenciamento ambiental
2.4	Aprimorar a Política industrial ao setor e à rede de fornecedores

- Dada a extensão e a complexidade da cadeia produtiva fornecedora de bens e serviços para a atividade de Exploração e Produção de petróleo e gás, a adoção de uma política industrial para o fomento e o desenvolvimento da rede de fornecedores têm grande importância, pois:
 - Desenvolvem uma cadeia produtiva eficiente no atendimento da demanda das atividades de exploração e produção de petróleo e gás.
 - Promovem o adensamento da indústria,
 - Incentivam a pesquisa e o desenvolvimento em atividades de maior conteúdo tecnológico,
 - Ampliam a renda: salários, lucros e tributos.

A produção de R\$ 1 bilhão em petróleo demanda R\$ 493 milhões em bens e serviços na **cadeia a montante**, e gera 4.800 empregos diretos e indiretos, segundo dados das Contas Nacionais (IBGE-2011).



- A Política Industrial deve **alcançar também os setores a jusante das atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Essa política deve ter como objetivo:**
 - Capturar a potencialidade promovida pela maior oferta de petróleo e gás, com o desenvolvimento de setores que utilizam o petróleo, o gás e seus derivados como insumo, matéria prima e geração de energia.
 - Essas atividades são importantes e têm potencial de desenvolvimento, com grande reflexo sobre o desenvolvimento tecnológico e a ampliação de renda, dentre outros.

O desenvolvimento da atividade de E&P promove também potencialidades ao desenvolvimento da cadeia produtiva a jusante

CADEIA A JUSANTE

Refino, Primeira, Segunda e Terceira Gerações

- Metano
- Propano
- Butano
- Nafta
- Gasolina
- Diesel
- Querosene
- Lubrificantes
- Parafinas
- Gasóleo
- Coque
- Asfalto
- Alcatrão, Breu e Ceras
- GLP
- Gás Natural
- Outras Matérias Primas e Combustíveis

Intermediários e Uso Final

- Eteno, Propeno, Benzeno, Estireno, Tolueno, Xilenos
- Embalagens e Produtos para:
Alimentos, Cosméticos, Fármacos, Sacaria Industrial, Produtos Químicos
- Construção Civil
- Automobilística
- Têxtil
- Vestuário
- Calçados
- Eletroeletrônica
- Telecomunicações
- Geração de Energia:
Caldeiras e Termoelétricas
- Nitrogênio
- Outros

EXPLORAÇÃO
E
PRODUÇÃO

Aprimorar a Política industrial ao setor e à rede de fornecedores

PROPOSTAS:

- Estruturar uma **política industrial** específica para a **cadeia produtiva do setor**, com foco nos principais gargalos de competitividade: Regras Claras e que deem previsibilidade ao Investidor, isonomia tributária, tecnologia e inovação, financiamento a custos adequados e qualificação da mão de obra;
- Fixar estímulos com prazos pré-determinados para atingimento de metas da política industrial, as quais devem ser monitoradas continuamente;
- Estabelecer um interlocutor central no governo, que teria o papel de coordenação da política industrial para o setor.
- Desenvolver estratégia para potencializar a cadeia a jusante da atividade de E&P.

Estrutura

1	Contextualização
2	Propostas
2.1	Realizar leilões periódicos de novas áreas exploratórias
2.2	Revisar o modelo de partilha
2.3	Aperfeiçoar o processo para licenciamento ambiental
2.4	Aprimorar a Política industrial ao setor e à rede de fornecedores
2.4.1	Aperfeiçoar os requisitos de conteúdo nacional
2.4.2	Estimular à utilização da engenharia de projetos nacional para o setor
2.4.3	Aperfeiçoar as regras atuais de incentivo à inovação do setor

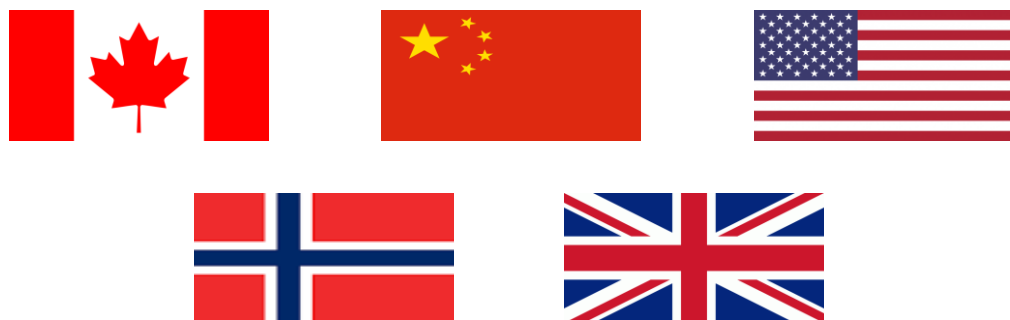
A Política de Conteúdo Local...

- Tem potencialidade de geração de empregos, de renda e de tributos.
- Incentiva e amplia os investimentos das empresas brasileiras
- Desenvolve fornecedores nacionais de máquinas e equipamentos de com maior conteúdo tecnológica
- Permite a modernização e o aumento da competitividade de toda a indústria

O Limite do alcance da Política de conteúdo local deve ser o que não seja entrave/restrição a investimentos no setor de O&G, ou que tire a competitividade de se produzir Óleo & Gás no Brasil se comparado a alternativas existentes em outras regiões.

A Política de Conteúdo Local pode desenvolver a cadeia de fornecedores

Alguns países produtores de petróleo **construíram uma sólida cadeia de fornecedores** nesse segmento com aplicação de políticas de conteúdo local adequada, por exemplo: **Canadá, China, Estados Unidos, Noruega e Reino Unido.**



Entre os países que **priorizaram exclusivamente a extração** de petróleo e gás em detrimento do fortalecimento de uma cadeia produtiva local de fornecedores estão: **Angola, Bolívia, Equador, Líbia, Nigéria, Venezuela** e determinados países do Oriente Médio.



No Brasil a aplicação da **política de conteúdo local** sofre críticas de indícios de **diferenças de preços** entre determinados bens **nacionais e importados**.

- Entretanto, boa parte dessas **diferenças** de preços está **relacionada ao Custo Brasil e à apreciação cambial**.
 - **33,7% é o diferencial de preços** entre o produto industrializado nacional e o importado que reduz a competitividade da indústria de transformação nacional.

Componentes do Custo Brasil com os principais Parceiros Comerciais*	Diferencial de Preços (Em %) 2013
1 Custo Brasil	23,4
1.1 Tributação: Carga e Burocracia	13,8
1.2 Juros sobre Capital de Giro	4,1
1.3 Energia e matérias primas	3,0
1.4 Infraestrutura Logística	1,5
1.5 Custos extras de serviços a funcionários	0,7
1.6 Serviços non tradables	0,3
2 Sobrevalorização Cambial	16,0
3 Outros componentes**	-5,7
Total	33,7

Com a recente desvalorização cambial, a diferença de preços dos bens destinados aos investimentos de exploração e produção de petróleo tende a diminuir, e em alguns casos até ser favorável ao produto nacional.

Fonte: DECOMTEC/FIESP.

* Principais parceiros comerciais respondem por 75% da pauta de importação de industrializados: Alemanha, Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão, México, Reino Unido e Suíça;

** Compreende os Custos de Importação (Imposto de Importação, fretes e seguros), e a diferença entre a tributação indireta (ICMS, IPI e PIS/COFINS) proveniente da aplicação de fórmulas distintas de apuração entre o produto industrializado no país e o importado e de suas diferentes bases de cálculo.

A despeito das críticas, existem números que mostram alguns resultados da aplicação da política de conteúdo local

Dados da ANP apontam que dos **R\$ 144 bi de investimentos DECLARADOS** pelas operadoras na fase de exploração, cerca de **R\$ 89 bi** foram de **Conteúdo Local**.

DCL – DECLARAÇÃO DE CL

BID 1 a 4: Livre ofertas de CL, com incentivos a atividades específicas.
BID 5 e 6: estabelecimento de CL mínimo e fim dos incentivos.

round	Investimentos – R\$ bi IGP-M out/15	
	Total	Cont. Local
BID 01	5,94	3,63
BID 02	22,09	16,65
BID 03	11,05	8,73
BID 04	5,56	4,50
BID 05	6,35	3,90
BID 06	23,76	15,44
AM1/2	0,05	0,05
Total	74,79	52,90

71% de CL
declarado

CERTIFICAÇÃO DE CL

Estabelecimento de oferta mínima e máxima de Conteúdo Local
Exigência de certificação de CL por 3ª parte
Cartilha de Conteúdo Local

round	Investimentos - R\$ bi IGP-M out/15	
	Total	Cont. Local
BID 07	38,10	23,74
BID 09	16,37	7,72
BID 10	1,49	1,17
BID 11	1,28	0,85
BID 12	0,15	0,11
CO2010	8,92	2,47
PP1	2,50	0,32
Total	68,82	36,37

53% de CL
declarado

Os valores de investimento e de Conteúdo Local declarados pelas operadoras na fase de exploração **não são definitivos**, pois, além de existirem blocos ainda em andamento, **não foram fiscalizados pela ANP em sua totalidade**.

Fonte: ANP. Dados até o terceiro trimestre de 2015. Até a 6ª rodada o conteúdo local era apurado por volume global (compromisso global)
AM 1 e 2: Acumulações Marginais 1 e 2; CO2010: Cessão Onerosa; PP1: 1ª Rodada de Partilha de Produção (2013).

PROPOSTAS:

- Revisar as práticas adotadas para permitir a introdução de mecanismos de incentivos em lugar de penalizações;
 - R\$ 315 milhões de multas nos últimos 3 anos, segundo dados da ANP (Fora o estoque de possíveis multas existentes).
- Incluir os investimentos realizados pela rede de fornecedores no cômputo do conteúdo local;
- Incluir as exportações realizadas pela indústria no cômputo do conteúdo local.
- Priorizar os setores (bens e serviços) de maior conteúdo tecnológico.

Estrutura

1	Contextualização
2	Propostas
2.1	Realizar leilões periódicos de novas áreas exploratórias
2.2	Revisar o modelo de partilha
2.3	Aperfeiçoar o processo para licenciamento ambiental
2.4	Aprimorar a Política industrial ao setor e à rede de fornecedores
2.4.1	Aperfeiçoar os requisitos de conteúdo nacional
2.4.2	Estimular à utilização da engenharia de projetos nacional para o setor
2.4.3	Aperfeiçoar as regras atuais de incentivo à inovação do setor

Estimular à utilização da engenharia de projetos nacional para o setor

- O **domínio da engenharia** tem relevante papel para a ampliação da participação da indústria nacional nos investimentos do setor.
- O desmonte nas décadas de 1980 e 1990 da capacitação nacional em projetos de engenharia na área de P&G trouxe reflexos, como:
 - Redirecionamento dos grandes grupos nacionais de engenharia para outras áreas/especializações;
 - Perda de centros de excelência em formação e capacitação de profissionais;
 - Perda de profissionais especializados e baixa formação de novos profissionais;
 - Fragilização de estrutura financeira e operacional das empresas de engenharia especializadas em P&G.
- Recuperar o segmento das empresas de engenharia de projetos no setor de P&G é um dos pontos da agenda.

Estudo¹ organizado pelo IPEA e ABDI identificou as principais dificuldades atuais das empresas de engenharia nacional no setor de P&G

Dificuldades para o direcionamento competitivo da cadeia nacional de empresas de engenharia no Brasil

A	Dificuldade para formação de um mercado competitivo de engenharia de projetos, principalmente nos segmentos da engenharia conceitual e básica, devido à internalização dessas atividades por parte da Petrobras.
B	Rigidez do processo de licitação pela legislação vigente dificulta a avaliação qualitativa de contratos de engenharia e promove fragmentação das encomendas, com tendência de internacionalização (importação) desse serviço.
C	Falta de exigência de engenharia nacional na contratação de grandes pacotes de equipamentos/serviços, apesar da garantia de conteúdo local na fabricação, equipamentos e montagem.

PROPOSTAS:

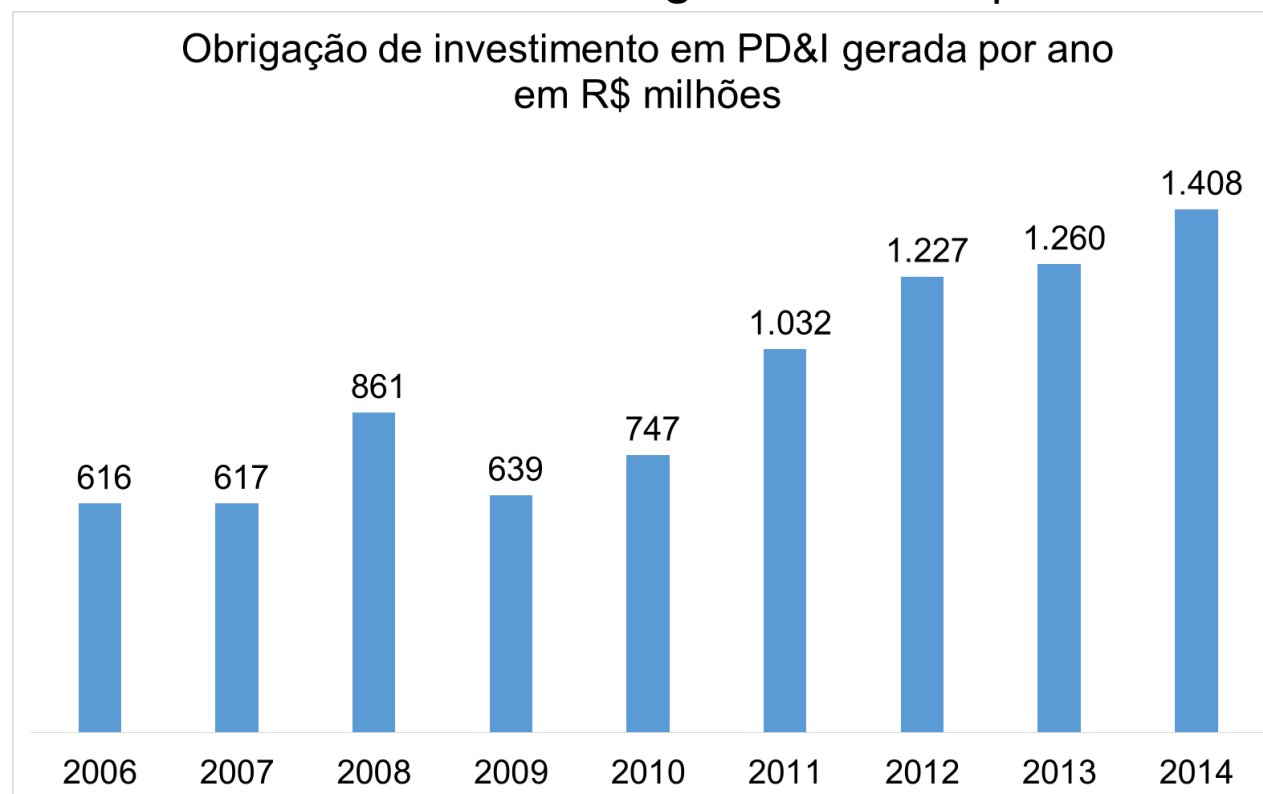
- Estabelecer **índice individual de conteúdo nacional para projeto de engenharia**, sendo gradativo quanto mais básico for o nível do projeto (por exemplo: 100% de engenharia nacional para projeto de cascos de embarcações e de estruturas de plataformas)
- Aplicar **incentivos para a utilização da engenharia nacional**, como: desoneração da folha de pagamentos do setor de engenharia, desoneração de tributos na contratação de serviços de engenharia, entre outros.
- Considerar o **custo do projeto de engenharia no índice de conteúdo nacional** quando esse for realizado por equipe constituída de engenheiros brasileiros, seja da própria empresa ou de empresa de engenharia contratada, podendo ser calculado com o seu valor em dobro.
- Estimular à realização de **parcerias de empresas de engenharia estrangeiras com similares nacionais**, garantindo a liderança da parceria pela empresa brasileira.
- Desenvolver **linhas de financiamento para aquisição de projetos de engenharia** de empresas nacionais.
- Estabelecer **mecanismos de apoio às empresas nacionais de engenharia**: financiamento para aquisição de *software*, *hardware* e serviços de TI, capacitação de profissionais, entre outros.

Estrutura

1	Contextualização
2	Propostas
2.1	Realizar leilões periódicos de novas áreas exploratórias
2.2	Revisar o modelo de partilha
2.3	Aperfeiçoar o processo para licenciamento ambiental
2.4	Aprimorar a Política industrial ao setor e à rede de fornecedores
2.4.1	Aperfeiçoar os requisitos de conteúdo nacional
2.4.2	Estimular à utilização da engenharia de projetos nacional para o setor
2.4.3	Aperfeiçoar as regras atuais de incentivo à inovação do setor

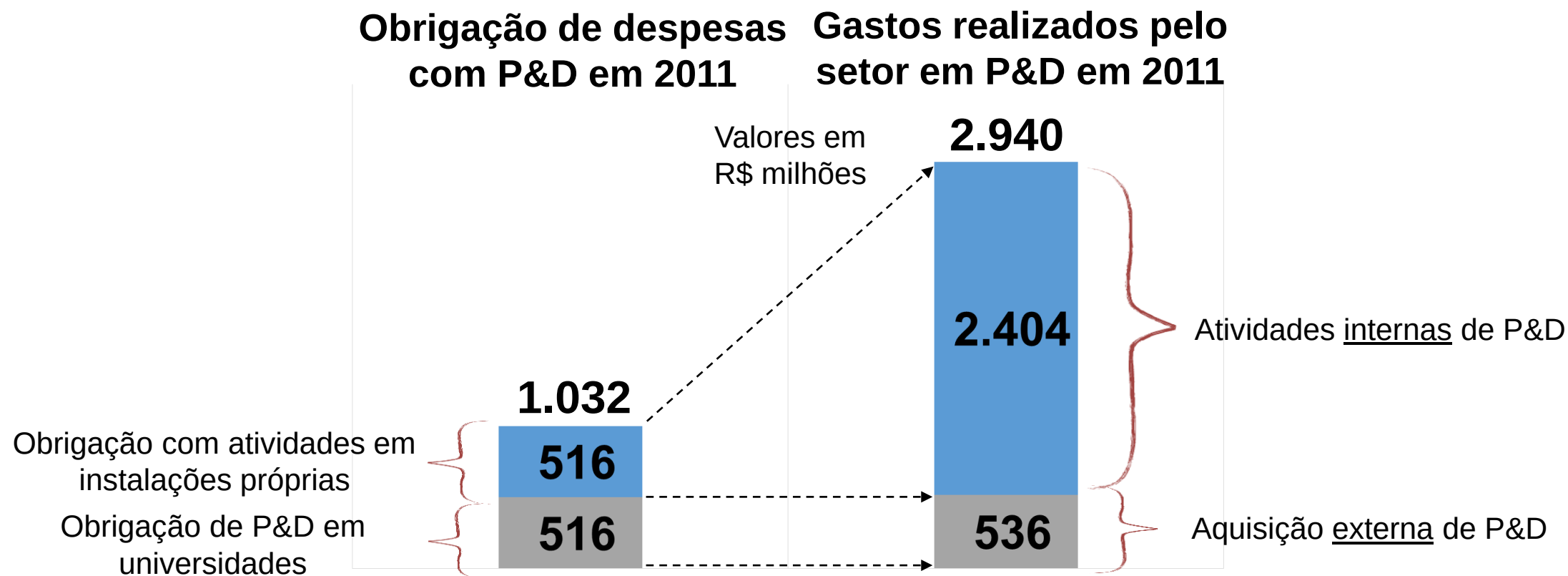
Nos campos de alta produtividade, o concessionário está obrigado a realizar despesas qualificadas com P&D de 1% da receita bruta da produção desses campos.

- **até 50% dessas despesas podem ser realizadas por meio de atividades desenvolvidas em instalações do próprio** Concessionário ou suas Afiliadas, localizadas no Brasil, ou contratadas junto a empresas nacionais.
- **Os 50% restantes devem ser destinados à contratação de atividades de P&D em universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico** nacionais previamente credenciados pela ANP



Incentivo à inovação

- Os investimentos em atividades de P&D de 2011(último ano da PINTEC) demonstram que o setor investiu mais do que a obrigação gerada.
- Os desafios de inovação de produtos e processos foram modificados com a descoberta do pré-sal. Parte dos recursos poderia ser captado diretamente por qualquer empresa da cadeia de fornecimento para desenvolvimento de componentes, materiais, equipamentos e serviços.



Aperfeiçoar as regras atuais de incentivo à inovação do setor

PROPOSTAS:

- Alterar as atuais normas de modo a destinar boa parte dos recursos de P&D para captação direta por qualquer empresa da cadeia de petróleo e gás:
 - Permitir que parte dos recursos gerados para a obrigação de realizar despesas qualificadas seja repassada em forma de subvenção em parceria com a FINEP.
- Premiar as companhias de petróleo que invistam em projetos de desenvolvimento tecnológico em conjunto com a indústria brasileira, cujos valores poderiam ser contabilizados como conteúdo local.

Considerações Finais

Pela dimensão do setor de petróleo na economia brasileira, em especial por seu potencial de geração de emprego e renda ao longo de toda a rede de fornecedores, **as questões aqui apontadas necessitam de iniciativas coordenadas entre as diversas esferas públicas, e entre estas e o setor privado.**

Por todo o exposto, a introdução de uma política industrial setorial é a principal estratégia para aproveitar o potencial das reservas de Óleo & Gás do país.

Atrair investimentos para o Setor de O&G, é a oportunidade mais clara para no Brasil iniciarmos a reversão deste ciclo econômico negativo em que nos encontramos.

Obrigado!

José Ricardo Roriz Coelho

Vice-Presidente da FIESP

Diretor Titular do DECOMTEC - FIESP

cdecomtec@fiesp.org.br



**ACESSE NAOVouPAGAROPATO.COM.BR
E DIGA NÃO AO AUMENTO DE IMPOSTOS**